



FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE PORTO BELO



Rua Aderbal de Souza, nº 150, Bal Pereque PORTO BELO

CEP: 88210000 - Tel: (47) 3098-7737

Declaração de Atividade Não Constante da Resolução CONSEMA 7868/2023



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

<https://sinfat.ciga.sc.gov.br/licenca/baixar/68553/31725>

Empreendedor

Nome: J.F COMERCIO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA

CPF/CNPJ: 22525517000137

Endereço: AVENIDA GOVERNADOR CELSO RAMOS, nº 2838 - SALA 02, CENTRO

CEP: 88210000

Município: PORTO BELO

Estado: SC

Empreendimento

J.F COMERCIO DE MATERIAL E MEDICAMENTO HOSPITALARES LTDA - 22525517000137

Endereço: AVENIDA GOVERNADOR CELSO RAMOS, nº 2838, CENTRO

CEP: 88210000

Município: PORTO BELO

Estado: SC

Coordenadas UTM: X -27.1529, Y 4853889.0

Descrição do Empreendimento

Declaração

O presente órgão ambiental licenciador certifica para os devidos fins que o empreendedor acima citado informou a implantação/operação do empreendimento/atividade com a descrição acima, a qual não integra a Listagem de Atividades Consideradas Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental, aprovada pelas Resoluções CONSEMA 01/06 e 99/2017 e suas alterações, portanto, não sujeito ao licenciamento ambiental. Contudo, o empreendimento/atividade deverá atender ao disposto na legislação ambiental e florestal vigente.

Esta certidão está vinculada à exatidão das informações prestadas pelo empreendedor/requerente no ato do requerimento.

O presente órgão poderá, a qualquer momento, exigir o licenciamento ambiental caso verifique discordância entre as informações prestadas e as características reais do empreendimento/atividade.

Prazo de Validade

A presente certidão foi **emitida em 26 de outubro de 2023** e é **válida até 26 de outubro de 2027**, observadas as condições deste documento.

Advertência

Os dados e informações apresentados são de inteira responsabilidade do empreendedor e do responsável técnico que o representa. Lembramos que a apresentação de informações ou documentos falsos é crime, ficando os responsáveis sujeitos às penalidades previstas na LEI 9.605/98, Art. 69-A. Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1º Se o crime é culposo: Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos.

§ 2º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se há dano significativo ao meio ambiente, em decorrência do uso da informação falsa, incompleta ou enganosa.

Data, local e assinatura

PORTO BELO , 26 de outubro de 2023	DIEGO DAURI PEREIRA Diretor Administrativo
---	---

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Diego Dauri Pereira em 26/10/2023 11:44:34